



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 06/03/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### **Governo de SP contratará Banco Mundial para estudo de privatização da Sabesp, diz Tarcísio**

O governo de São Paulo vai contratar a International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial, para estruturar estudos para uma eventual privatização da companhia de saneamento paulista Sabesp, disse nesta sexta-feira (3) o governador Tarcísio de Freitas.

"Privatização da Sabesp é um assunto supercomplexo. A gente vai contratar o estruturador nesses próximos dias, vai ser o Banco Mundial, IFC", disse Tarcísio à Reuters após participar de evento do Consórcio de Integração do Sul e Sudeste (Cosud), no Rio de Janeiro.

"Vamos iniciar os estudos e vamos levar a Sabesp à frente se a gente chegar à conclusão de que vamos aumentar eficiência, ter upside, reduzir tarifa, vamos encurtar prazo para universalização do serviços, e eu acho que todos esses objetivos são possíveis e entendo que o estudo vai mostrar isso", acrescentou.

Segundo o governador, depois que o estudo for apresentado o governo entrará em uma fase de acerto com os municípios atendidos e de buscar entendimento com a Assembleia Legislativa do Estado. Ele disse que a ideia é que o processo de privatização, que pode acontecer nos moldes da capitalização da Eletrobras realizada em 2022 pelo governo federal, possa ser feito em 2024.

O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização de São Paulo autorizou na terça-feira a contratação de estudos sobre a privatização da Sabesp. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 04 de março.

### **Prefeituras da Baixada Santista se posicionam sobre possível privatização da Sabesp**

As prefeituras da Baixada Santista se posicionaram sobre a autorização do Governo do Estado para a elaboração de estudos que vão avaliar a viabilidade da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Com contrato em vigência com a Sabesp até 2047, a Prefeitura de Praia Grande informou que o acordo tem metas estipuladas até 2028. "Esses pactos têm que ser cumpridos. Não se pode aceitar uma nova empresa chegando e dizendo que tem que repactuar o contrato, isso seria regredir", diz, em nota, a Administração.

A Prefeitura de São Vicente comunicou, em nota, que "atualmente o serviço da Sabesp não é plenamente satisfatório, ao não levar saneamento a alguns bairros e não investir na infraestrutura de novos empreendimentos regulares". De acordo com a Administração, a companhia "cobra pela coleta de esgoto, mas não entrega o seu tratamento e necessita de modernização e adequação quanto às exigências ambientais".

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 05 de março.

### **Governo estuda incluir mudanças na folha de pagamento na reforma tributária**

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia incluir na reforma tributária sobre a renda uma revisão das regras de tributação sobre a folha de pagamento, hoje um dos principais alvos de reclamação das empresas por elevar o custo de contratação de empregados.

No modelo atual, os empregadores pagam alíquotas de 20% sobre os salários para financiar a Previdência Social, além de contribuições para o Sistema S e o salário educação.

Ainda não há uma proposta fechada dentro do Ministério da Fazenda, uma vez que o tema ainda precisará ser tratado em debates internos. Mas alguns integrantes do governo defendem como ideia central desonerar pelo menos a parcela equivalente a um salário mínimo (hoje, R\$ 1.302) da remuneração do trabalhador.

O assunto, porém, é delicado, uma vez que a contribuição previdenciária é uma grande fonte de arrecadação para a União (R\$ 564,7 bilhões no ano passado). Qualquer mudança pode ter impacto bilionário, cuja reposição não é simples.

O debate é incipiente justamente porque os impostos sobre a renda serão alvo da segunda etapa da reforma, esperada para o segundo semestre. A prioridade no momento é a PEC (proposta de emenda à Constituição) que trata dos tributos sobre o consumo. Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 05 de março.

## Mercado mantém expectativas de inflação para 2023 e 2024, mas sobe conta para prazo mais longo

Analistas consultados pelo Banco Central mantiveram suas expectativas para a inflação deste ano e do próximo, interrompendo uma recente sequência de elevação, embora o prognóstico para o avanço dos preços num prazo mais longo tenha voltado a subir.

A pesquisa semanal Focus, divulgada nesta segunda-feira (6), estima que o IPCA avançará 5,90% em 2023 e 4,02% em 2024, sem alterações em relação à sondagem anterior.

A projeção deste ano interrompeu uma sequência de 11 altas consecutivas, enquanto a conta para o ano que vem permaneceu inalterada pela segunda semana seguida, estabilidade que veio após série de cinco aumentos.

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e, para 2024 e 2025, é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Por outro lado, economistas elevaram sua estimativa de inflação para 2026 pela terceira vez seguida, a 3,77%, de 3,75% na semana anterior. Isso deve alimentar temores de investidores de desancoragem das expectativas após recentes críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à conduta da política monetária pelo Banco Central e às metas de inflação.

O mercado manteve a perspectiva de que a Selic encerrará este ano em 12,75% e o seguinte em 10,00%, segundo o Focus, mas elevou a projeção para os juros ao final de 2026 em 0,05 ponto percentual, a 8,75%. A taxa está atualmente em 13,75%.

Para o PIB (Produto Interno Bruto), a estimativa de crescimento este ano melhorou marginalmente pela terceira semana seguida, a 0,85%, de 0,84% na semana anterior. Para 2024 segue em 1,50% pela décima semana seguida. Na última quinta-feira, dados do IBGE mostraram que o PIB cresceu 2,9% em 2022, com queda de 0,2% no último trimestre sobre os três meses imediatamente anteriores.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 06 de março.

## Energia 'alugada' reduz conta em 20%

O aumento da produção de energia solar, que já é a segunda maior fonte do País, atrás da hidrelétrica, está ampliando o acesso à energia mais limpa e mais barata para quem não quer ou não pode investir na instalação de placas fotovoltaicas no telhado ou em área própria para isso.

Por meio de assinatura, uma espécie de aluguel de créditos de energia, é possível conseguir desconto médio na conta de luz de 10% a 20%, dependendo do contrato.

A modalidade de assinatura ou compartilhamento de energia é feita por meio de cooperativas criadas por empresas que fazem a intermediação entre a usina produtora e o consumidor de baixa tensão, como residências e pequenos comércios e indústrias. É como se o consumidor alugasse uma fração da energia gerada pela usina, mas recebe sua cota em crédito que será abatido da conta enviada pela concessionária.

Essa energia é vendida tipicamente para consumidores que não podem ir para o mercado livre de energia e ficam presos na tarifa da distribuidora", afirma Rodrigo Gelli, diretor técnica da PSR, consultoria internacional na área de tecnologia e serviços nos setores de energia elétrica e gás natural.

Segundo Gelli, como as tarifas de energia estão caras, essa alternativa é atraente para o consumidor. Para ele, todos os envolvidos, usinas, empresas de intermediação e consumidores têm ganho econômico no processo. "Só perde quem não tem (a assinatura)."

É um modelo simples de aderir, parecido ao sistema de acesso aos canais de streamings.

Embora ainda represente minúscula fatia dos 18 gigawatts (GW) de potência instalada em geração distribuída com fonte solar, a tendência é de rápido crescimento da energia por assinatura. De 2020 até o mês passado, a potência instalada de energia contratada por assinatura mais que dobrou, passando de 39,2 MW para 95,5 MW, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 06 de março.